

EC 106/2020, art. 5º, II

Minicípio: Ibitiraçu

Ano de Referência: 2020

Receitas	
Classificação	Valor (R\$)
Complementação FPM - MP 938/2020 - Lei 14.041/2020	853.049,62
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	180.802,82
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	1.497.198,86
Transferência do Governo Federal - Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	1.134.859,90
Outras Transferências do Governo Federal para Covid-19	187.536,68
Transferência do Governo Estadual - Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	0,00
Outras Transferências do Governo Estadual para Covid-19	0,00
Transferência de Entidades Privadas para Covid-19 (Pessoa Física ou Jurídica)	17.372,01

Disponibilidade Financeira		
Fonte de Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida - Após a Inscrição em RPNP do Exercício (Anexo V do RGF) (R\$)	Disponibilidade de Caixa para Enfrentamento Covid-19 (R\$)
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.166.147,98	0,00
112 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (60%)	173,23	0,00
113 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (40%)	25.706,19	0,00
124 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	394.936,44	0,00
125 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU DE CONTRATOS DE REPASSES VINCULADOS À - EDUCAÇÃO	528.061,38	0,00
190 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	48.981,39	0,00
214 - TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Custeio das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	804.688,44	780.563,67
215 - TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Invest. na Rede de Serv. Púb. de Saúde)	424.604,30	119.053,00
220 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU DE CONTRATOS DE REPASSE VINCULADOS À SAÚDE	0,07	0,00

EC 106/2020, art. 5º, II

Minicípio: Ibirapu

Ano de Referência: 2020

Disponibilidade Financeira		
Fonte de Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida - Após a Inscrição em RPNP do Exercício (Anexo V do RGF) (R\$)	Disponibilidade de Caixa para Enfrentamento Covid-19 (R\$)
311 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	356.012,08	187.536,68
390 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL – DEMAIS RECURSOS	2.792.306,72	0,00
410 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – PLANO PREVIDENCIÁRIO	391.620,28	0,00
510 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO	118.297,02	0,00
520 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO OU CONTRATOS DE REPASSES DOS ESTADOS	905.978,19	0,00
540 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE ROYALTIES DO PETRÓLEO	16.745,11	0,00
620 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	37.880,97	0,00
710 - RECURSOS VINCULADOS AOS VALORES RECEBIDOS CONFORME INCISO I DO ARTIGO 5º DA LC FEDERAL Nº 173/2020	103.742,82	101.345,84
930 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS	50.270,36	0,00
990 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS	291.123,50	0,00

Créditos Extraordinários

Não há crédito extraordinário aberto no Exercício 2020.

Aspectos Econômicos

Questão	Resposta
1 - Houve desvinculação de recursos de sua finalidade específica conforme art. 65, § 1º, II da LC 101/2000 alterado pela Lei Complementar 173/2020?	Não
2 - Houve algum tipo de incentivo para as empresas sediadas no município?	Não
3 - Houve pagamento de algum tipo de auxílio financeiro (pecuniário) para os munícipes carentes?	Não
4 - Houve prorrogação de prazo de algum tributo municipal?	Sim
5 - Houve algum tipo de renúncia de receita?	Não

EC 106/2020, art. 5º, II

Minicípio: Ibitiraçu

Ano de Referência: 2020

Aspectos Econômicos	
Questão	Resposta
6 - O município fez uso da faculdade de prorrogação dos pagamentos de contribuições, conforme previsão das Portarias ME 139/2020 e 245/2020?	Sim
6.1 - Houve prorrogação do pagamento de INSS, referente às competências de março, abril e maio de 2020?	Sim
6.1.1 - Caso positivo, a quitação foi realizada no prazo estabelecido pelas referidas normas?	Parcialmente
6.2 - Houve prorrogação do pagamento de PIS/PASEP, referente às competências de março, abril e maio de 2020?	Não
6.2.1 - Caso positivo, a quitação foi realizada no prazo estabelecido pelas referidas normas?	-
7 - O município suspendeu o pagamento de contribuições previdenciárias devidas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme previsão do art. 9º da Lei Complementar 173/2020, assim como da Portaria SEPRT/ME 14.816/2020?	Não
7.1 - O empenho da despesa orçamentária, referente às contribuições previdenciárias suspensas, foi realizado dentro do exercício de 2020?	-
7.2 - Número da legislação local que autoriza a suspensão das contribuições devidas ao RPPS	-
7.3 - Número do termo de acordo de parcelamento formalizado junto ao sistema Cadprev-WEB	-